



Diário Oficial do Poder Legislativo

2ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLVI

RIO BRANCO - AC, 4 DE NOVEMBRO DE 2008

N.º 3714

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice-Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice-Presidente

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima
BPR - Josemir Anute
PMDB - Chagas Romão
PSDB - Donald Fernandes
PP - Maria Antonia
PDT - Luiz Calixto
DEM - Nogueira Lima
PSB - Delorgem Campos
PPS - Idalina Onofre
PMN - José Luis
PIN - José Carlos
PT do B - Gilberto Diniz
Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,
Juarez Leitão, Ney Amorim, Perpétua de Sá
PPS - Idalina Onofre.
PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.
PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.
BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva, Josemir Anute.
PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.
PMN - José Luis, Elson Santiago.
PP - Maria Antonia.
PDT - Luiz Calixto.
DEM - Nogueira Lima
PIN - José Carlos.
PT do B - Gilberto Diniz.
SEM PARTIDO - Mazinho Serafim.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO N. 143/2008

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o CB PM José Raimundo Alves Luz, segurança do Presidente desta Assembleia Legislativa para, na Aldeia Yawanawá, situada na cidade de Tarauacá – AC, nos dias 24 a 27 de outubro de 2008, acompanhar o Presidente no VII Festival daquela comunidade.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 23 de outubro de 2008.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 148/2008

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Elson Santiago, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN para, nas cidades de Brasília - DF e São Paulo - SP, nos dias 30 de outubro a 4 de novembro de 2008, tratar de assuntos de interesse deste Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a cinco diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 31 de novembro de 2008.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 149/2008

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Francisco Rodinês de Araújo Silva, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para, no município de Jordão - AC, nos dias 4 a 7 de novembro de 2008, trabalhar no evento intitulado Assembleia Aberta 2008.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 150/2008

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os senhores Jair Ribeiro dos Santos, Assessor Especial de Políticas Públicas e Márcio Rogério Dagnoni, Assessor Especial de Temáticas Sociais para, no município de Jordão - AC, nos dias 4 a 7 de novembro de 2008, trabalharem no evento intitulado Assembleia Aberta 2008.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 151/2008

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os senhores Odair José Leal de Sá, Coordenador de Registros de Eventos, João Roberto Braña Bezerra, Subsecretário de Publicidade, Yuri Marcel da Silva Rodrigues, Subcoordenador de Produções Jornalísticas, João Maurício da Rosa, Subcoordenador de Revisão de Produções Jornalísticas e Dionísio Ferreira do Vale, Coordenador de Web Design para, no município de Jordão - AC, nos dias 5 a 7 de novembro de 2008, trabalharem no evento intitulado Assembleia Aberta 2008.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 152/2008

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o senhor Fábio de Souza Pontes, Estagiário para, no município de Jordão - AC, nos dias 5 a 7 de novembro de 2008, trabalhar no evento intitulado Assembleia Aberta 2008.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no

artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 153/2008
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Maria Fernanda Montenegro Aragão**, Consultor Legislativo, CL. "C". CÓD. PL-NS-101, Ref. 18, **Solônidas Nascimento Maia**, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, **Edilson Moreira Sampaio**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 16, **Maria Nelsanira Santiago de Melo Arruda**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, **Isac Martins Moreira**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, **Doricélia Thaumaturgo da Silva**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 15, **Rosana Maria Cruz Cavalcante**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 15, **Paulo Luiz Rodrigues da Silva**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 14, **Pedro Gomes da Silva**, Técnico Legislativo, CL. "D", CÓD. PL-NM-301, Ref. 20, **Dinah Lima Baima**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 16 e **Alberlândio Brandão Menezes**, Técnico Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NM-301, Ref. 12, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre para, no município de Jordão – AC, nos dias 5 a 7 de novembro de 2008, trabalharem no evento intitulado Assembléia Aberta 2008.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias, para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 154/2008
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **José Luis**, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN para, na cidade de Porto Alegre – RS, nos dias 5 a 7 de novembro de 2008, participar de uma reunião da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 208/2008

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1.126/2008**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Romana Maria Souza Morães**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref.15, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de 3 de novembro a 2 de dezembro de 2008, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 31 de outubro de 2008.

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 209/2008

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1.130/2008**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Cláudia Regina Correia Matos**, Auxiliar Legislativo, CL."C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de 3 de novembro a 2 de dezembro de 2008, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 210/2008

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1.131/2008**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Maria José Mendes de Araújo**, Auxiliar Legislativo, CL."C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de 3 de novembro a 2 de dezembro de 2008, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 3 de novembro de 2008.

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

ATOS DA SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA N. 248 /2008

A SECRETARIA EXECUTIVA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ACRE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONVOCAR os servidores relacionados abaixo para prestarem serviço nas Sessões Extraordinárias que se realizarão no dia 29 de outubro de 2008:

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Solônidas Nascimento Maia
Evelena da Costa Cardoso
Doricélia Thaumaturgo da Silva
Maria do Socorro Silva Souza Trisch

Valcimar Martins Moreira
Valderi de Oliveira e Silva
José Carlos Geber
Agostinho Barroso Soares
Pedro Gomes da Silva
Edevaldo da Silva Souza
Sheyla Maria da Costa Lins
Antônia Selene de Lima
Dirciano Francisco Lima e Souza
Anny de Fátima Cavalcante dos Santos
Raimunda Mendes Fontenele
Francisco Auricélio Rego da Silva
Maria Aparecida Jardim Rodrigues
Maria de Nazaré Rocha Fleming
Erson Pereira Magalhães
Francisco Alberto Rodrigues Cavalcante
Raimundo Mendonça de Barros Neto
Dinah Lima Bayma
Isac Martins Moreira
Edilson Moreira Sampaio
Hedilberto Sampaio de Lima
José Israel de Lira Filho
José Lira de Almeida
Paulo Luiz Rodrigues da Silva
Sebastião Nunes da Fonseca Dias
Alberlândio Brandão Menezes
Mariúsa de Carvalho
Jeanne Araújo Medeiros
Maria Luiza Mesquita da Silva
João José da Cunha Rocha
Léia Gadelha da Silva

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 28 de outubro de 2008


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 249/2008

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

CONCEDER trinta dias de Férias regulamentares aos servidores a seguir
relacionados, a partir de 3 de novembro a 2 de dezembro de 2008.

N O M E S	P E R I O D O A Q U I S I T I V O
Antonio José Malveira da Silva	13.6.06 a 13.6.07
Ariete Carneiro Leitão	2.5.06 a 2.5.07
Eder Valente da Costa	16.3.07 a 16.3.08
Edyney Ribeiro Wolter	10.7.07 a 10.7.08
Expedita Moraes da Silveira	10.7.06 a 10.7.07
Ivan da Silva Costa	1º.2.07 a 1º.2.08
Maria do Socorro Celestino Rodrigues	13.6.07 a 13.6.08
Maria do Carmo Almeida de Souza	15.3.07 a 15.3.08
Odinéia Vieira do Nascimento	1º.11.07 a 1º.11.08
Rocilene de Souza Cordeiro	13.6.07 a 13.6.08

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 4 de novembro de 2008.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 250 /2008

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ACRE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONVOCAR os servidores a seguir elencados para trabalharem nas Sessões
Extraordinárias que serão realizadas no dia 4 de novembro de 2008:

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Solónidas Nascimento Maia

Evelena da Costa Cardoso
Doricélia Taumaturgo da Silva
Maria do Socorro Silva Souza Trisch
Valcimar Martins Moreira
Valderi de Oliveira e Silva
José Carlos Geber
Agostinho Barroso Soares
Pedro Gomes da Silva
Edevaldo da Silva Souza
Sheyla Maria da Costa Lins
Antônia Selene de Lima
Dirciano Francisco Lima e Souza
Anny de Fátima Cavalcante dos Santos
Raimunda Mendes Fontenele
Francisco Auricélio Rego da Silva
Maria Aparecida Jardim Rodrigues
Maria de Nazaré Rocha Fleming
Erson Pereira Magalhães
Francisco Alberto Rodrigues Cavalcante
Raimundo Mendonça de Barros Neto
Dinah Lima Bayma
Isac Martins Moreira
Edilson Moreira Sampaio
Hedilberto Sampaio de Lima
José Israel de Lira Filho
José Lira de Almeida
Francisca Carneiro de Lima
Paulo Luiz Rodrigues da Silva
Sebastião Nunes da Fonseca Dias
Alberlândio Brandão Menezes
Ana Paula de Carvalho Medeiros
Lianna Vasconcelos
Violeta Cristina Carioca
Rodésia de Brito
Maysa Furtado Feitosa
Paulo Almeida Nogueira

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 3 de novembro de 2008


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

84ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 4 de novembro de 2008
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTE S : Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e
Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Moisés Diniz,
Helder Paiva e Josemir Anute, do Bloco Popular Republicano – BPR;
Antonia Sales e Chagas Romão, do Partido do Movimento Democrático
Brasileiro – P M D B; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do Partido da
Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos e W alter Prado,
do Partid o Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização
Nacional – P M N; Idalina Onofre, do Partido Popular Socialista – PPS;
Maria Antonia, do Partido Progressista – PP; Luiz Calixto, do Partido
Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista
Nacional – PTN; Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do
B e Mazinho Serafim, Sem Partid o Ausente o Deputado: Elson Santiago.
O Senhor Presidente (E D V A L D O M A G A L H Ã E S) – Sob a
proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da
hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior .
Não houve Expediente a ser lido.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Senhor Presidente (E D V A L D O M A G A L H Ã E S) –
Convocamos os Senhores Deputados a participarem de uma reunião no
plenário da Casa, para definirmos a pauta de votação.
Está suspensa a Sessão. (PAUSA)
Reabertos os trabalhos, dado o adiantado da hora, consideramos
prejudicados o Pequeno e o Grande Expediente.

ORDEM DO DIA

(Não houve matéria a ser apreciada).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Não havendo oradores inscritos, encerramos a presente Sessão Ordinária e convocamos uma Extraordinária para às 13 horas e 10 minutos.

73ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 4 de novembro de 2008
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales e Chagas Rorão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos e Walter Prad, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; Idalina Onofre, do Partido Popular Socialista – PPS; Maria Antonia, do Partido Progressista – PP; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e Mazinho Serafim, Sem Partido. Ausente o Deputado: Elson Santiago.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei nº 57/2008, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Estadual n. 2.026, de 23 de outubro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a abrir créditos adicionais para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE”.

Em discussão, usaram da palavra:

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, no dia 22 de outubro, nós apreciamos uma Matéria do Poder Executivo, através da qual esta Casa, por maioria absoluta de votos, autorizou o Governo do Estado do Acre a contratar empréstimo junto ao BIRD, no valor de 150.000.000,00 de dólares.

Nós da Oposição sabemos que o Estado do Acre necessita de pesados investimentos em áreas prioritárias, portanto apoiamos o Projeto do Governo do Estado do Acre. Evidentemente que alguns companheiros da Oposição votaram contra, e nós entendemos e respeitamos essa atitude.

Falo a favor desse Projeto, mas dizendo ao Governo do Estado que enquanto tivermos a honra de exercer o mandato de Deputado Estadual, iremos fiscalizar direitinho a aplicação desses recursos. Primeiro, porque são recursos contraídos a juros de mercado e o povo do Acre através dos seus impostos, é que irá pagá-lo. Sem contar que a Lei que nós estamos votando hoje é uma prova inequívoca de que Banco é Banco em qualquer lugar do mundo, ou seja, ele empresta, libera o crédito, mas exige do contratante até a alma como empenho pela dívida contratada.

O primeiro Projeto que nós votamos dizia que as garantias que o Estado do Acre ofereceria pelo empréstimo, seriam as cotas do Fundo de Participação dos Estados – FPE, e a arrecadação do ICMS. Mas a Secretaria do Tesouro Nacional disse que garantias não eram suficientes. E agora nós estamos autorizando que o BIRD passe a ter direito não apenas sobre as cotas do FPE e a arrecadação do ICMS, mas também a todas as cotas constitucionalmente repassadas ao Estado e também a arrecadação feita no Estado do Acre como IPVA, receitas patrimoniais, receitas de indenizações, imposto de renda retido na fonte dos funcionários públicos, das autarquias, das fundações, que é uma receita que é apropriada pelo Estado do Acre. Por isso dobrou a responsabilidade do Governo do Estado do Acre em aplicar bem esses recursos.

Hoje a capacidade de endividamento do Estado do Acre supera a casa dos R\$ 2.000.000.000,00. Portanto, uma dívida extraordinária.

Os prazos e as carências são alongados, pois as leis não são elaboradas para serem colocadas em prática para o presente e sim para o futuro.

Ao votar a favor desse Projeto este Poder tem a obrigação de exigir que o Governo do Estado seja muito zeloso e cuidadoso com a aplicação desses empréstimos. Falamos isso porque já estamos comprometidos em pagar o empréstimo para a construção da estrada que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, que em parte foi financiada com o dinheiro do Banco Interamericano. Enquanto for Deputado iremos fiscalizar a aplicação desses empréstimos, principalmente porque estamos autorizando que todas as receitas do Estado, sejam entregues como garantia ao BIRD, para que esse empréstimo seja concretizado. Por isso é preciso que os nossos gestores, presentes e futuros, tenham a responsabilidade dobrada com a sua aplicação.

Obrigado, Senhor Presidente.

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas na galeria, há bem pouco tempo, nós votamos aqui um Projeto de Lei e eu acredito que muitos não sabiam nem o que estavam votando, quando eu citei aqui o risco que nós estávamos correndo.

Se eu pudesse avessar o discurso do Deputado Calixto, eu o avessaria porque está se pedindo como garantia o total do ICMS e o repasse do FPE. Como eu disse em outro discurso, Banco não dá ponto sem nó. Então, ele deixou o contrato bem amarrado, para ter garantias de receber esse empréstimo, se ele porventura for efetuado. Todo mundo sabe que banqueiro não é tolo.

O Deputado Calixto disse que eles estão exigindo até a alma; de fato, eles estão exigindo o futuro do nosso Estado. É isso que está se exigindo aqui, Senhores, garantias de que o meu neto, que ainda não começou a trabalhar, vai ter que pagar; o neto do Deputado Donald também vai herdar a conta, ou seja, quem não tem nada a ver com isso é que vai pagar. E não podemos dizer que depois nós vamos cobrar a aplicação desses recursos. Hoje, por incrível que pareça, eu peguei um documento do tempo que o Secretário Gilberto Siqueira veio aqui, e eu lhe disse que ia querer saber onde estão aplicados os cento e quarenta e dois milhões que eu não aprovei, porque eu não estava aqui, e os seiscentos milhões. Alguém aqui, já se preocupou em saber onde esses recursos foram empregados? Senhores, o que nós estamos vendo é o Estado se endividando cada dia mais, sem a preocupação de saber quem vai pagar essa conta. E o que está se dando como garantia é a alma dos acreanos, porém, a minha alma não vai ser empenhada, porque eu não a coloco num Projeto desse. Portanto, a minha alma continua livre, para dizer não a uma coisa que eu considero ilegal e imoral.

(Sem revisão do orador)

Deputado DELORDEM CAMPOS (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu ia pedir um aparte no discurso do Deputado Luiz Calixto, porém preferi fazer um esclarecimento.

Sabemos que todo Banco é Banco, seja BIRD, BID, BASA, BRADESCO ou ITAU. O colega falou talvez a título de esclarecimento, para que não se interprete que o Estado foi vendido. As garantias que foram exigidas foram as do cumprimento do artigo 157 da Constituição Federal, face ao valor que é exigido pelo Banco. Se o empréstimo for de cento e cinquenta milhões de dólares as receitas dadas em garantia são os ativos. O Acre não foi vendido para o BIRD, e todo empréstimo tem que ter garantias.

Então, essa história de que estão vendendo a alma do meu filho, do meu neto, se interpretamos por essa ótica, nos enternecemos vivos, com medo de enfrentar a vida. Se eu for ao Banco fazer um empréstimo, eu tenho que comprometer o meu holerite. Então, todo empréstimo, de longo prazo, tem que ter garantia. Até o CIC possui garantia e essa é a pior que existe, porque é sacado dos seus proventos e você nem vê o seu salário.

O Acre é um Estado saneado, temos um orçamento previsto para este ano, de aproximadamente três bilhões. Então, por que não utilizar a garantia de até trezentos milhões de reais? A dívida será de todos os acreanos, não é do Binho, nem do futuro Governador. É uma dívida institucional e graças a essa ousadia do Governo da Frente Popular é que o

Acre está avançando. Agora não dá para fazer um discurso dizendo que o Acre não produz arroz, isso ou aquilo. Eu acho até que o Acre nem pode produzir tudo, porque fugirá a idéia do intercâmbio interestadual e do intercâmbio da economia. Porém, para que fique claro, o Acre tem respaldo dado as nossas reservas naturais.

Deputado WALTER PRADO – (PSB – Em Aparte) – Agradeço o aparte ao Deputado Delorgem e quero dizer que me sinto imensamente satisfeito com a sua fala, até porque, dada a sua condição de pessoa que lida com Banco, sabe perfeitamente o que disse o Deputado Luiz Calixto. Que para que haja empréstimo tem que haver garantias. Porém a nossa posição de apoio é devido ao Estado está devidamente saneado e também a certeza de que o Banco só concederá o financiamento, porque está encontrando uma situação fiscal que permite o empréstimo. Cabe a Assembleia fazer o acompanhamento da aplicação. Porém o Governador Binho está de parabéns, porque num momento desses em que o mundo todo fala em crise, eu acredito que o Governador fará a aplicação correta desses investimentos e a Assembleia existe institucionalmente para fazer esse acompanhamento. Parabéns pelo pronunciamento porque a sua fala demonstra o conhecimento do que é concessão de financiamentos.

Deputado LUIZ CALIXTO – (Líder do PDT – Em Aparte) – Deputado Delorgem, o meu pronunciamento é no sentido de que ao mesmo tempo em que se conceda esta autorização para o Poder Executivo empenhar todas as nossas Receitas, sejam elas frutos de arrecadação ou de participação em cotas, que acompanhem também a aplicação desses investimentos. Porque se o Acre não produz, como V. Exª. diz, ele precisará produzir, caso contrário o Banco fará o confisco das nossas receitas. Então, temos que produzir, temos que gerar renda, para que façam face ao pagamento desses empréstimos. Eu voto a favor porque não quero, no futuro, ser acusado de ter impedido a vinda de recursos para aplicar em setor A ou B. Mas a minha preocupação é que esses recursos sejam bem aplicados, para que possam produzir renda, emprego e gerar desenvolvimento econômico; para que possamos também ter condições de fazer o pagamento desses empréstimos, sem que seja necessário o empenho e o bloqueio das nossas receitas arrecadadas ou transferidas. Obrigado, Senhor Presidente.

Deputado DELORGEM CAMPOS (Líder do PSB) – Obrigado Deputado Calixto, e incorporo o aparte de V.Exª.ª ao meu pronunciamento. É óbvio que também queremos que os empréstimos sejam pagos. E nós somos confiante que o Acre tem uma administração seria, que está preocupada com o futuro de todos nós. Eu fui criticado quando disse que se o Serviço de Saúde não desse certo, nós mudaríamos.

Deputado Nogueira Lima, foi V. Exª. que me inquiriu naquele momento. Quero dizer que estamos fazendo a mudança adequando à Lei que aprovarmos. Aqui é uma Casa de debates políticos, portanto, guardiã do direito do povo acreano. Se a Lei não estiver concreta retifica-se, muda-se é o que acabamos de fazer.

(Sem revisão do orador)

Deputado DONALD FERNANDES (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos, estou observando que as garantias que constam na lei, são mais do que suficientes para sanar a dívida. Agora, o que eu observo aqui, é que não é o BIRD que está exigindo isso e sim a Secretaria do Tesouro Nacional. Todos que falaram antes, estão achando que é o Banco e não é verdade; quem exigiu mais garantias foi a Secretaria do Tesouro Nacional.

Ora, eu posso não ser economista, mas eu também não sou desatento. É o Brasil dividindo do Acre. De forma que eu sou contrário a essa exigência absurda que faz o País, a Secretaria do Tesouro Nacional em relação a esse empréstimo.

As garantias oferecidas são mais que suficientes para pagar a dívida. O próprio BIRD não está exigindo nada mais. Eu acho isso um excesso, por isso me posiciono contra a exigência do Brasil. Eu não estou dizendo que nós não vamos pagar, claro que nós vamos pagar. Agora a Secretaria Nacional dividir do Estado, sinceramente eu não aceito.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM – EM APARTE) – Deputado Donald, vou justificar o meu voto de acordo com o seu pensamento, porque no dia 22 de outubro votamos uma Matéria semelhante

e fui contra. Hoje vou votar da mesma forma, porque eu não concordo com esse empréstimo. Nós temos outras saídas para que os Sistemas de Saúde, Agricultura e Segurança funcionem. Então, eu voto contra, assim como V. Exª, a Deputada Idalina e outros companheiros.

Obrigado.

Deputado DONALD FERNANDES (Líder do PSDB) – Eu não sou contra o empréstimo, eu sou contra essas exigências absurdas. É como se eu chegasse ao Banco e pedisse dez reais e o gerente exigisse a felicidade dos meus filhos como garantia. Eu não aceitaria, seria vender a minha alma para o banqueiro, eu procuraria outra Instituição Financeira.

Eu não estou contra quem é a favor, absolutamente, eu até fui a favor do Projeto, mas eu sou contra as exigências absurdas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Concederei aparte ao meu amigo, Deputado Luiz Calixto, um grande Parlamentar.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Donald, eu respeito o seu posicionamento, como V. Exª respeita o meu. Mas gostaria de fazer uma retificação: quando eu me refiro ao BIRD é porque a Secretaria do Tesouro Nacional é quem representa os Estados junto a esse Banco. O Estado do Acre não faz a negociação direta com o Banco quem o faz é a União através da Secretaria do Tesouro Nacional, que é avalista desse empréstimo. Portanto, não há equívoco nenhum. Obrigado.

Deputado DONALD FERNANDES (Líder do PSDB) – Eu continuo pensando da mesma maneira, acho que realmente a Secretaria está se excedendo, não há necessidade dessas exigências, por isso eu sou contra. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado JOSÉ LUIS (Líder do PMN) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, galeria, eu na realidade não viria à tribuna, mas a Deputada que aqui me antecedeu fez uma acusação e não eu quero me defender, mas fazer a defesa dos meus colegas. A Deputada Idalina disse aqui que nós não sabíamos o que estávamos votando. Sinceramente, Deputada Idalina, eu tenho certeza absoluta que eu e os meus colegas sabemos sim o que estamos votando, porque é um projeto social.

Deputado TUMATURGO LIMA (Líder do PT- EM APARTE) – Eu quero parabenizar o Líder do PMN, Deputado José Luis, por sua fala e agradecer pelo aparte. E, também, dizer que esse momento o qual o Acre vive, hoje, com suas finanças saneadas e podendo contrair empréstimos junto aos Bancos Internacionais, é um privilégio, já que poucos estados estão nessas condições para poderem garantir a inclusão social e o crescimento do nosso país. Qualquer Banco ou Instituição Financeira para conceder empréstimos quer garantias e o Estado do Acre está numa posição privilegiada, tem garantias a oferecer e também uma gestão afinada para aplicar esses recursos muito bem, trazendo serviços de qualidade para à Saúde, Educação, Segurança e também beneficiando o homem do campo. Inclusive, parte desses seiscentos e poucos milhões que nós aprovarmos em junho deste ano, está sendo aplicada em asfaltamento de ramais, para que os produtores rurais possam ter melhor acesso para escoarem seus produtos e terem uma melhor qualidade de vida. Portanto, V. Exª. está de parabéns, como também o nosso Estado e o Governador Binho Marques pela visão de futuro. Esse empréstimo será pago e o povo acreano agraciado com melhorias nos serviços da Saúde, Educação, Segurança e saneamento básico.

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado José Luis, esse discurso de dizer que a Deputada Idalina é contra isso, contra aquilo, lá no Vale do Juruá, não funciona. Quando eu falo em empenhar a alma, quero até corrigir e trocar alma por espírito. Refiro-me ao fato de que a alma ainda pode ter alguma coisa de humano, mas o espírito não; o espírito, esse é totalmente divino, é isso que eu estou tentando dizer ao nobre Deputado. Não sou contra a Saúde. Porém, sexta-feira, lá no Vale do Juruá, nem gasolina tinha, Deputado, para que os carros da Secretaria da Saúde fossem abastecidos. Segunda-feira, pela manhã, uma família ligou para o SMU, para que fizesse o atendimento de uma criança

que gemia, o que me doeu, e não foi na alma não, foi no espírito e teve que esperar mais de duas horas pela ambulância, que não chegou. Sabe quem levou a criança ao Pronto Socorro? Fui eu. Portanto, onde está o dinheiro que já existe para a Saúde e que não está sendo gasto? Hoje, de manhã, eu cheguei e tinha uma Senhora chorando, a esposa do Sr. Galeno, que todo mundo conhece lá no Vale do Junú porque necessitava usar um aparelho lá no Hospital do Câncer e o mesmo está quebrado, Deputado. Agora, V. Exª. não me acompanha quando vou ao Pronto-Socorro. Telefone para V. Exª. e o nobre colega não vai. Então, dizer aqui, que está aprovando por isso e aquilo não é verdade, V. Exas são obrigados a aprovar tudo o que o Governo manda para esta Casa. Eu não, porque só aprovo aquilo em que eu acredito. Aprovaria sim, se eu tivesse certeza onde seriam aplicados esses cento e quarenta e dois milhões de reais. Dos seiscentos milhões que já foram contraiídos, eu não vi nada. Talvez o meu neto verá uma Saúde melhor e talvez nem V. Exª. esteja convencido do que está dizendo, Deputado. Eu não sou contra o progresso do meu Estado, mesmo porque não tem quem o ate e o defenda mais do que eu. Já tive oportunidades de ir embora morar em outros lugares, mas é aqui que eu quero ficar, porque é aqui, que eu posso dar a minha contribuição. Então não venha com essa história, pois lá no Vale do Junú, isso não pega e aqui no Pronto-Socorro, também não. Amanhã eu vou protocolar aquele documento o qual mostrei a V. Exª. e que o Senhor me pediu para segurar e esperar enquanto conversava com o Governador e com o Secretário de Saúde, mas até agora não vi nada acontecer.

Deputado JOSÉ LUIS (Líder do PMN) – Deputada Idalina, quando V. Exª. diz que não vai ser cobrado, vai sim. Quando diz que eu não ando no Pronto-Socorro, pelo contrário, eu ando em todos; só que eu não preciso dar satisfação para a Senhora e dizer onde é que eu estou andando, pois acho que cada um tem que cuidar do seu caminho. A questão é que já faz dois anos que a Senhora é Deputada e até agora não protocolou nada pedindo para saber onde o Governo está investindo o dinheiro porque está vendo com os seus próprios olhos, as estradas, as pontes e os hospitais. E a Senhora na semana passada votou contra o investimento na área de Saúde sim.

A nobre Deputada reclama que as trezentas cirurgias ainda não foram realizadas em Cruzeiro do Sul, porém quando o Governo faz o investimento e pede voto de credibilidade, a Senhora vota contra. Quer dizer que para V. Exª. quanto pior, melhor a Saúde. Eu acho que se extinguirem esse Setor acaba o vosso discurso, pois todos os dias V. Exª. fala de Saúde aqui.

(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também quero me manifestar a respeito desse Projeto, que todos já sabem o que tem que fazer, pois já estamos há dez anos, Deputada Idalina, cobrando desse Governo a prometida saúde de primeiro mundo.

No segundo ano do meu primeiro mandato, eu fazia parte da base do Governo e certa vez, eu falei para o Governador que o seu calcanhar de Aquiles, chama-se Saúde e Segurança.

Nós não estamos votando aqui para fazer a vontade de V. Exa., Deputado José Luiz, ou de quem quer que seja. Temos que votar com a consciência tranqüila sobre o que estamos fazendo. Eu não pretendo sair daqui e dizer, lá em Manuel Urbano, que V. Exª está atrelado ao Governo, como V. Exª, está dizendo que vai fazer com a Deputada Idalina. Dentre todos os Deputados, todos podem publicar o que quiser na Imprensa. Portanto, V. Exª, não pode fazer chaminho para impressionar o público e dizer que votou a favor. Eu pedi ao Deputado Edvaldo Magalhães que todos votassem comentando seu voto. Eu não estou criticando nenhum Deputado. Cada um vota conforme a sua consciência.

A Deputada Idalina já votou inúmeras vezes a favor do Governo, assim como eu e agora o farei novamente, principalmente por essa questão do IMAC. Porém, podemos ter certeza de que nós estamos votando num Projeto que talvez não atinja seu objetivo, porque esse Governo já está no terceiro mandato e não consegue resolver o problema da Saúde.

Eu não ia entrar nesse debate, pois pretendia cobrar apenas no ano que vêm, mas quero antecipar Deputado Moisés Diniz, que a partir do próximo ano, cada exame que for marcado para trinta, cinquenta dias, três meses, eu vou anotar e denunciar aqui, pois com essa verba que está vindo

é inadmissível que ainda haja filas na Fundação, no Lacom e no Pronto Socorro. Certamente haverá médicos suficientes para fazer os exames e acabar com as filas de espera.

Eu estou hospedando duas pessoas em minha casa, uma veio de Manuel Urbano e a outra de Sena Madureira. Uma delas me pediu que pagasse o seu exame, porque a Fundacre marcou para 01/12/2009. Ela acha que não poderá esperar tanto. Amanhã, eu trarei essa marcação para que os Senhores vejam.

Com a aprovação desse Projeto o Estado ficará devendo muito e quem vai pagar esse empréstimo somos nós. Todo Banco exige garantias. Se nós pedimos empréstimo no Banco do Brasil, Basa, Bradesco ou outro qualquer e não pagar, o CEF fica com restrições junto aos órgãos de proteção ao crédito. Por enquanto o Acre ainda não tem nenhuma restrição, porque vai começar a pagar essa dívida daqui a cinco anos. Aí é que nós vamos ver quem é que vai pagar, pois se o Acre não pagar a primeira parcela, já fica inadimplente. Por enquanto pode continuar fazendo empréstimo. Não tem nada que restrinja, mas se deixar de pagar uma parcela, o quadro muda.

Então, não adianta proselitismo Deputado José Luiz e falar sobre o Governo. O Senhor está na Base do Governo, portanto deve defendê-lo. Agora, não venha aqui criar um clima tenso, como o Senhor já fez. V. Exa. já saiu daqui para falar de outro Deputado no interior do Estado.

E por isso, nós da Oposição, eu e a Deputada Idalina e tenho certeza de que mais alguns companheiros vão votar contra e ainda vamos cobrar depois. Aí, vou mostrar para o Dr. Osvaldo, que me cobrou aqui, que o tomógrafo continua quebrado, apesar de não terem me deixado entrar lá. Mas se eu quiser, eu vou lá e entro. Apenas não quis forçar. Portanto, ele mentiu aqui para todos nós, pois o aparelho continua quebrado e da próxima vez que eu for lá, eu vou trazer as provas.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que me anima nesta Casa é a nossa capacidade, homens e mulheres, de controlar a nossa adrenalina, os nossos sentimentos. É claro que às vezes perdemos o controle, como já perdi. Mas o essencial é que a Democracia e o debate são preservados, enquanto em outras Casas isso não existe.

O debate que ora está sendo feito aqui, para mim não deve se concentrar em detalhes. Refiro-me a questão da ampliação das garantias que, sequer, o Banco está exigindo e sim a Secretaria do Tesouro Nacional, que é a avalista.

Eu conheço alguns comerciantes lá em Tarauacá que estão apenreados porque foram avalistas e hoje estão tendo que pagar os empréstimos, porque quem fez a operação não conseguiu honrar com o compromisso. Então, quem está aumentando a exigência é na verdade o nosso avalista, que é o Tesouro Nacional e eu não vejo nada de errado nisso.

Hoje, o mundo inteiro está atento a eleição mais importante do planeta, e eu estou torcendo pelo Obama. Eu fiz uma pesquisa antes de começar a Sessão e praticamente a Assembléia, em peso, é Obama. Os Estados Unidos estão vivendo um problema, Deputado Luiz Calixto, de liquidez; aqui nós estamos vivendo um problema de timidez. Quantos Estados do Brasil gostariam de contrair empréstimo? Muitos, inclusive, o Distrito Federal, porém não conseguem, porque não organizaram suas economias e nós temos essa condição.

Eu não participei da votação do primeiro empréstimo, somente do segundo e quero dizer com muita sinceridade, falando do fundo do meu coração, que quando aprovamos um empréstimo para infra-estrutura, esperamos que ele traga desenvolvimento, principalmente, aos que mais necessitam. Às vezes a bela ponte continua transportando pobres caminhoneiros e riquezas para os capitalistas. Eu votei a favor do Projeto para infra-estrutura, porque eu achei que era importante ligar o Acre de Cruzeiro do Sul a Rio Branco.

Eu votei a favor da pavimentação da 317, em direção ao Pacífico, para que pudéssemos ter uma oportunidade de crescimento e não somos apenas um corredor de exportação, para os bacanas continuarem ricos, milionários. Fui favorável a Matéria para que pudéssemos construir as três fábricas que até agora não começaram a funcionar, mas que com certeza vão gerar emprego e renda para o nosso povo. Apesar do debate ambiental, ecológico que existe em relação a alguns desses empreendimentos.

Deputados e Deputadas, talvez não seja mais candidato, ou

perca as eleições em 2010, contudo o meu voto mais importante, foi o que dei autorizando a contratação do empréstimo junto ao BIRD, para que o Executivo investisse em inclusão social. Já vi muitas obras bonitas, porém o discurso neoliberal é o mesmo. Vamos desenvolver , para depois distribuir as riquezas e elas nunca chegam aos mais necessitados. Este foi o voto do meu coração e eu só não enpenho a minha alma, porque eu não tenho o controle sobre ela.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, eu ouvi de pelo menos três colegas meus da Oposição, que iam votar a favor desse Projeto, até escutarem o meu pronunciamento. E fiz isso porque gosto de ser leal, gosto de saber o que estou votando. Não me importa se os outros sabem ou não; isso é uma obrigação, um direito, um dever de cada um. A mim importa saber exatamente o que estou votando. Nesses doze anos de Parlamento, graças a Deus, já votamos aqui vários empréstimos. O primeiro deles foi o que autorizou a contratação do empréstimo de 132 milhões de reais junto ao BIRD, e as garantias oferecidas ao Banco Interamericano são exatamente iguais a estas que o BIRD está pedindo agora. Portanto, nós vendemos a alma naquele período e estamos vendendo agora. Falo isso apenas para que as pessoas mantenham a coerência dos seus votos. A alma que foi enpenhada em 2000 é a mesma que está sendo enpenhada agora em 2008. Depois nós votamos o empréstimo do BNDES no valor de quarenta milhões. A mesma alma que está sendo enpenhada agora é a mesma alma que foi enpenhada naquele período. O de seiscentos milhões, eu estava afastado, mas também foram as mesmas garantias de hoje. Agora acho que este Parlamento poderia contribuir, e muito, exigindo do Governo a concreta aplicação desses recursos. Banco é Banco em qualquer lugar e as garantias que nós estamos votando agora são as mesmas que votamos em 2001. São as mesma de 2007, que eu estava ausente para tratamento de saúde. Então, não há diferença. Acho que eu contribuí um pouco com o meu discurso, porque muitos que iriam votar a favor, agora vão votar contra, exatamente, por causa do meu pronunciamento. Mas vou votar a favor, porque fui coerente em todos os outros empréstimos.

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Na verdade, existe apenas esta pequena Emenda, que não é a alma do Projeto. O próprio Deputado Luiz Calixto disse que votou a favor de dois empréstimos, apenas a Deputada Idalina e o Deputado Nogueira Lima votaram contra. E independente de posições de um Deputado ou outro, a Casa sempre vai respeitar os posicionamentos dos Parlamentares. Mas peço que V. Exªs levem em consideração que o nosso voto não é subserviente. E' um voto de opinião, a favor do Projeto.

Estou dando essas explicações, inclusive, aos Deputados da Oposição, porque o próprio Deputado Luiz Calixto disse que pode estar sendo mal interpretado. E para que ninguém seja levado a votar contra o projeto, como ficou tentado o Deputado Mazinho. Porém, o nosso querido Parlamentar de Sena Madureira votou a favor . Já o Deputado Luiz Calixto cobrou apenas a execução do Projeto, mas manterá seu voto favorável.
(Sem revisão do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras na galeria e Imprensa presente, nós da Oposição sabemos o que estamos votando e eu votei a favor desse Projeto. Agora, vem outra Emenda para maiores garantias e mais segurança. Na verdade estamos votando o endividamento do nosso Estado. Mas será que isso trará benefícios para o povo? Essa é a minha preocupação e temos que ter cuidado e zelar pelo nosso Estado.

Sabemos que a vinda desse dinheiro será muito boa, mas sabemos também que há circunstâncias em que um comerciante faz um empréstimo num Banco e depois tem que fazer outro, às vezes em outra instituição financeira para pagar o primeiro.

Com isso, eu quero dizer que o Estado, cada vez mais, vai ficando endividado e daqui a 10, 15 anos poderemos ter problemas, caso esses empréstimos não sejam bem aplicados. Portanto, votarei contra essa Emenda, que vem para anarrar ainda mais o nosso Estado.

(Sem revisão do orador)

Esta encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 15 votos a favor e 7 contra, dos Deputados Nogueira Lima, Idalina Onofre, Chagas Romão, Donald

Fernandes, Antônia Sales, Mazinho Serafim e Luiz Gonzaga.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que não tendo o referido Projeto obtido dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá a segunda discussão e segunda votação.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

74ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 4 de novembro de 2008

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales e Chagas Romão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; Idalina Onofre, do Partido Popular Socialista – PPS; Maria Antonia, do Partido Progressista – PP; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e Mazinho Serafim, Sem Partido Ausente o Deputado: Elson Santiago.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 49/2008, de autoria do Excelentíssimo Governador do Estado do Acre, Senhor Arnóbio Marques de Almeida Júnior, que “Altera a Lei n. 1.426, de 27 de dezembro de 2001”.

Em discussão, usaram da palavra:

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, esses debates têm a finalidade de suscitar e esclarecer . Prestei muita atenção no pronunciamento ao meu companheiro, Deputado Nogueira Lima, quando afirmou que votou contra o Projeto anterior, mas que votaria a favor deste.

Tanto respeito a posição de todos os Deputados com relação a votação anterior, quanto em relação a este Projeto. Eu vou votar contra e proponho ao plenário desta Casa que também vote contra. Aqueles que seguirem, ótimo; os que acharem que não, também ótimo. O voto é uma expressão de liberdade.

E por que eu vou votar contra este Projeto? Ele não é de todo ruim, ele traz para a competência da Secretaria das Florestas as gestões sobre as unidades de conservação e as gestões sobre as florestas públicas, que serão licitadas entre empresas particulares. Mas ele tem, Deputado Helder Paiva, um grande defeito. Nós estamos assinando um cheque em branco para o Governo do Estado, quando diz o artigo 53: “Fica criada a cobrança de uma tarifa floretal, instituída por ato do chefe do Poder Executivo”. Ou seja, isso será feito sem a consulta da Assembléia, cuja a tabela será elaborado pela Secretaria Estadual de Florestas.

Eu não vou sair por aí nos ramais, nas colônias, nos seringais dizendo que o Deputado Juez Leitoã votou a favor de uma tarifa florestal. Eu não vou dizer isso, vou respeitar o voto dele, mas vou votar contra.

Eu não vou sair por aí fazendo chantagem política, dizendo aos moradores de Taumaturgo, terra da minha querida Deputada Perpétua de Sá, que ela votou a favor de um projeto que dá a possibilidade ao Poder Executivo cobrar uma tarifa florestal de alguém que tirou uma vara para um mosquito. Porque o projeto é muito amplo. Ele cria um tributo sem a autorização desta Assembléia. Ele cria um prepo, porque tarifa é prepo e dá ao Poder Executivo total e ampla liberdade para criar tantas e quantas tarifas quiser , no valor que bem entender .

Respeito os votos favoráveis, não vou questionar nenhum e nem vou sair por aí dizendo que este ou aquele Deputado votou a favor, mas vou votar contra. Porque se o Governo efetivamente quisesse estabelecer uma tarifa, uma pauta de serviços, que mandasse, em anexo a esta Lei, o valor que será cobrado por cada serviço. Ele simplesmente diz

de forma bem aberta: “vou criar uma tarifa florestal”. Para quê? Quanto? Para quem? Quem vai pagar? Quem vai receber? Então são esses fatores que irão me levar a votar contra esta Matéria.

Eu, não quero, Deputada Maria Antônia, que algum agricultor venha dizer-me que eu fui o responsável pela criação de mais um tributo neste Estado e que sou responsável pela criação de mais um preço neste País.

Votei a favor do Projeto anterior com a maior tranquilidade possível, da forma que votei no primeiro no ano de dois mil e dois. Agora, nós da Assembleia temos o papel fundamental de fiscalizar a concreta aplicação dos recursos estaduais. Eu gostaria de saber que preço é esse, quais os serviços que serão cobrados em razão desta tarifa. Conversei, por telefone, com o Secretário Eufraz Amarel e não fui convencido de quais os serviços que serão cobrados com esta tarifa florestal e de quem será cobrada. Portanto, era preciso que isso estivesse melhor esclarecido, para que nós votássemos aqui com a consciência tranqüila de que não estávamos votando a favor de cobrança de quem tirou uma madeira para fazer uma canoa. Ou de quem senrou uma árvore para fazer um chiqueiro. Senhor Presidente, as questões não estão bem esclarecidas e em razão disso eu vou pedir permissão ao plenário desta Casa para votar contra esta Matéria.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vocês imaginem eu chegando em determinado país, entrando num restaurante e pedindo carne de boi para comer, mesmo sabendo que naquele local a vaca é um animal sagrado! Considerando o comentário que o nobre Deputado fez sobre o Projeto anterior, é preciso ficar claro que a votação que diz respeito ao Serviço Social de Saúde está literalmente vinculada aquela Matéria, que alguns votaram contra. Porque, é daí que vai sair o recurso.

Agora, eu me assustei com a fala de um dos Parlamentares que mais tem elevado os debates aqui na Casa, que é o Deputado Luiz Calixto. Eu me assustei com essa história de tarifa de vara de mosquitoeiro, de paxiubinha. Assustei-me tanto que estou, como Líder do Governo, pedindo a retirada do Projeto.

(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao Plenário a retirada do Projeto ora em discussão, da pauta de votação.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao Veto Governamental n. 14/2008, ao Projeto de Lei n. 27/2008, de autoria do Deputado José Carlos, que “Dispõe sobre a proibição de corte das espécies que especifica”.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, gostaríamos que a Sessão fosse suspensa, por três minutos, para que pudéssemos discutir o voto da Oposição.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES)–Acatamos a Questão de Ordem do Deputado Luiz Calixto e suspendemos os trabalhos pelo tempo necessário. (PAUSA)

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Solicitamos ao Senhor Secretário proceder a chamada para votação.

O Senhor Secretário procedeu a chamada na seguinte ordem:

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Francisco Viga – a favor.

Juarez Leitão – a favor.

Ney Amorim – a favor.

Perpétua de Sá – a favor.

Taunaturgo Lima – a favor.

Bloco Popular Republicano – BPR

Deputados: Edvaldo Magalhães – a favor da Matéria.

Moisés Diniz – a favor.

Helder Paiva – a favor.

Josimir Anute – a favor.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – contra.

Chagas Romão – contra.

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Donald Fernandes – contra.

Luiz Gonzaga – abstenção.

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Deputados: Delorgem Campos – a favor.

Walter Prado – a favor.

Partido da Mobilização Nacional – PMN

Deputados: Elson Santiago – a favor.

José Luis – a favor.

Partido Popular Socialista – PPS

Deputada: Idalina Onofre – contra.

Partido Progressista – PP

Deputada: Maria Antonia – a favor.

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – contra.

Democratas – DEM,

Deputado: Nogueira Lima – contra.

Partido Trabalhista Nacional – PTN

Deputado: José Carlos – contra.

Partido Trabalhista do Brasil – PT do B

Deputado: Gilberto Diniz – a favor.

Sem Partido

Deputado: Mazinho Serafim – contra.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que o resultado da votação foi o seguinte: 14 votos pela manutenção do Veto; 8 votos contrários e 1 abstenção. Sendo assim, fica mantido o Veto Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 57/2008, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Estadual n. 2.026, de 23 de outubro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a abrir créditos adicionais para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 15 votos a favor e 7 contra, dos Deputados Nogueira Lima, Idalina Onofre, Chagas Romão, Donald Fernandes, Antonia Sales, Mazinho Serafim e Luiz Gonzaga.

O Senhor Presidente (Edvaldo Magalhães) – Comunicamos ao plenário que a referida Matéria irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

75ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 4 de novembro de 2008

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taunaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Moisés Diniz, Helder Paiva e Josimir Anute, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales e Chagas Romão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; Idalina Onofre, do Partido Popular Socialista – PPS; Maria Antonia, do Partido Progressista – PP; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e Mazinho Serafim, Sem Partido Ausente o Deputado: Elson Santiago.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de